

APONTAMENTOS SOBRE BIBLIOTECAS EM ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ

Marcos Gehrke*
Leilah Santiago Bufrem**

RESUMO

Apresenta os resultados parciais de pesquisa sobre a biblioteca escolar na rede pública estadual do campo, no Estado do Paraná, a partir de reflexões sobre a literatura relacionada ao tema e da análise dessa realidade. Objetiva caracterizar os sujeitos da escola do campo, o espaço físico, o acervo trabalhado, os acontecimentos e as práticas de uso nas bibliotecas escolares, descrevendo a influência dessa conjuntura na existência, no planejamento e nas atividades desenvolvidas e, como decorrência, sua contribuição ao processo formativo dos sujeitos escolares. Realiza pesquisa descritiva em campo, com observação direta e aplicando questionário aos representantes de 425 escolas localizadas no campo, de um universo de 2120 estabelecimentos de ensino da rede estadual, obtendo retorno de 355 (83%) dos representantes das escolas da rede pública estadual do campo, no Paraná. Indica para a escola a necessidade de um projeto de leitura e escrita, com o envolvimento da biblioteca. Argumenta que Estado e as universidades devem contribuir para a formação de profissionais para esta instituição, sugerindo que a biblioteca escolar no contexto do campo se abra à comunidade, tanto como prestadora de serviços, quanto como provocadora de práticas de escrita e leitura, reafirmando a atualidade da pesquisa em bibliotecas escolares. Conclui pela necessidade de 'ocupar a biblioteca da escola do campo', concebendo-a não somente como espaço de comunicação, mas de produção de conhecimento. Sugere que o acervo seja também produzido localmente e que o Estado faça desta prática uma política pública.

Palavras-chave: Educação do campo. Biblioteca Escolar. Leitura. Escrita. Paraná.

* Licenciado em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: marcosgehrke@gmail.com.

** Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora Visitante Sênior do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Campus Marília, Brasil.

I INTRODUÇÃO

Da escola se espera seja um espaço político-pedagógico de acesso e tratamento da informação, de produção da leitura, escrita e de construção do conhecimento. Embora alvo de ríticas, essa instituição tem sido valorizada por autores como Snyders (1993) e Giroux (1999), cuja crença na capacidade de resistência da escola ainda se mantém.

Estudos sobre a educação do campo, como os de Caldart (2000) e Freitas (2002), também expressam, em suas análises sobre os sujeitos da escola do campo, a crença nos profissionais da educação, em seu compromisso com essa instituição formativa e em sua vinculação com os movimentos sociais que a originaram, numa relação de engajamento e luta. Esta é, segundo Williams, uma "relação dialética em que todos se educam e a escola também precisa ser educada". O autor enfatiza que "as pessoas mudam, é certo,

através da luta e da ação” (1989, p. 76). Com efeito, só se muda algo tão arraigado como uma estrutura de sentimento, quando se realiza uma nova experiência ativa. Da mesma forma, em se tratando da produção da escola e da biblioteca escolar na relação com os sujeitos do campo, há uma nova experiência a ser vivida. E, na relação entre a cultura da biblioteca escolar e a Escola do Campo, coloca-se a necessidade e possibilidade de ruptura e continuidade, transformação e resistência, inovação e transgressão. Isso porque toda biblioteca escolar faz parte de uma conjuntura, que influencia fortemente sua existência, seu planejamento e suas atividades e, como decorrência, sua contribuição ao processo formativo dos sujeitos escolares. Noutras palavras, para compreender uma biblioteca escolar deve-se começar por conhecer sua realidade concreta, suas condições materiais, o tipo de escola, a comunidade em que estão inseridos os sujeitos que nela convivem e, de modo especial, o corpo docente, sua qualificação e experiência, a existência ou não de profissional especializado, o tipo do acervo e a estrutura. Assim, destacam-se como elementos de análise o tipo de escola e os sujeitos que nela convivem, estudantes, professores, funcionários, pais e os próprios movimentos sociais, sua estrutura e características.

O problema que se apresenta, a partir da experiência e dos conhecimentos teóricos sobre essa realidade, é de como a biblioteca escolar pode se abrir à comunidade, tanto como local de acesso e de produção do conhecimento, quanto como provocadora de práticas de escrita e leitura, no contexto do campo. Logo, a intenção desta pesquisa é trazer um quadro geral da realidade da biblioteca escolar do campo no Estado do Paraná, gerado a partir da necessidade percebida em pesquisas anteriores (COPPOLA JUNIOR; CASTRO FILHO, 2012, OLIVEIRA; MORENO; CRUZ, 1999) que indicam aspectos como: carência quanto ao tratamento da leitura e escrita em escolas deste contexto; necessidade de formação inicial e continuada com educadores e educadoras; identificação do fechamento de bibliotecas em escolas do campo para dar lugar aos laboratórios de informática; bem como pouco uso deste espaço educativo no trabalho pedagógico. Os dados obtidos por Nascimento e Castro Filho (2007) junto a escolas de ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino do

município de Ribeirão Preto-SP permitiram detectar uma situação extremamente precária, uma vez que praticamente inexistem bibliotecas nas escolas pesquisadas e tampouco recursos básicos nas poucas existentes, o que demonstra, segundo os autores, descaso em relação a um recurso indispensável na educação da chamada Sociedade da Informação.

O levantamento da literatura sobre a biblioteca na escola do campo reflete escassez de estudos. Destacam-se dois artigos sobre essa relação e, mesmo assim, perifericamente. Bastos e Romão (2010) mobilizam a noção de leitura da Análise do Discurso de matriz francesa para investigar como ela é discursivizada no âmbito de bibliotecas nomeadas alternativas, no caso espaços de leitura pouco convencionais. Assim, analisam os dizeres de sujeitos-leitores inseridos dentro de quatro bibliotecas desse tipo, sendo uma delas a biblioteca itinerante Leitura de Barraco, espalhada em um assentamento rural do Movimento dos Sem-Terra (MST).

Os mesmos autores destacam, em outro artigo (2011), três eixos relacionados às bibliotecas comunitárias: seu surgimento como indício de ruptura com as práticas oficiais de implantação de unidades informacionais e de distribuição de livros; sua inscrição no Brasil e nos países africanos como efeito de acesso de sujeitos da comunidade que passam a ter um espaço de expressão de sua voz; e sua constituição como aposta de uma nova forma de produção e circulação de discursividades. Observam cinco projetos de bibliotecas comunitárias de três regiões brasileiras (sul, nordeste, sudeste) e, com recortes do material coletado, ordenam o corpus de análise à luz da teoria discursiva proposta por Michel Pêcheux.

No Brasil, a maior restrição externa para o bom funcionamento da biblioteca escolar, segundo as pesquisas anteriores, tem sido a falta de recursos suficientes para equipá-la e de pessoal especializado, carências que contradizem a disposição expressa na Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País: “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas”, considerando-se, conforme o art. 2º, biblioteca escolar como “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta,

pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010). Em seu parágrafo único, a lei torna obrigatória a existência de:

[...] um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

A mesma lei ainda prevê, em seu art. 3º, que “os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de bibliotecário” (BRASIL, 2010), disciplinada em leis.

A partir de 1996, com a implantação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) pelo Governo Federal, previu-se o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino de todo o país, disponibilizando-se computadores, recursos multimídia e conteúdos educacionais para as escolas (PROINFO, 2013).

Além disso, o Programa Paraná Digital passou a oferecer acesso aos professores e alunos da rede estadual de ensino ao portal Dia-a-dia Educação, com ações em conjunto, para aproveitamento da infraestrutura dos laboratórios de informática mantida pelas secretarias de Educação dos estados e municípios (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2013). O uso desta tecnologia em escolas do campo apresenta, entretanto, problemas estruturais, como baixa energia, falta de aparelhos e linhas telefônicas para internet, sem falar na preparação de educadores para usar esta fonte-instrumento de pesquisa e informação. Mas o problema mais grave iniciou quando bibliotecas escolares passaram a ser “guardadas”, ou “empacotadas”, em prol do espaço aos programas.

A partir desse contexto, foram realizados apontamentos sobre a biblioteca escolar em escolas do campo, espaço a ser ocupado, transgredido e produzido para que a informação e o conhecimento circulem como forma de luta. Com esse conhecimento, pretende-se enunciar

princípios da ocupação da biblioteca escolar na Escola do Campo, a partir das práticas de seu uso pelos sujeitos e das teorias que as fundamentam.

Assim, realizou-se um estudo preliminar visando a caracterizar as bibliotecas escolares das escolas públicas estaduais no campo no Estado do Paraná, como parte de uma pesquisa mais ampla. Os dados foram obtidos a partir da aplicação de um questionário, denominado “Inventariando a Biblioteca Escolar da Escola do Campo”, junto ao responsável pela biblioteca de cada estabelecimento de ensino, por vezes o auxiliar administrativo, ou a coordenação pedagógica ou mesmo a direção da escola. Houve casos em que não havia responsável.

O questionário foi enviado para todas as 425 escolas localizadas no campo, de um universo de 2120 estabelecimentos de ensino da rede estadual paranaense, obtendo-se retorno de 83%, ou seja, 355 escolas. O instrumento contou com treze questões fechadas, organizadas no programa Google/dox, enviadas e retornadas via correio eletrônico num período de trinta dias (11 de julho a 10 de agosto de 2012). Utilizou-se campo obrigatório de resposta para doze questões, enquanto para a décima terceira, de caráter aberto, permitiu-se aos participantes possibilidades de críticas e sugestões à pesquisa. Suas respostas citadas no decorrer da análise são acompanhadas dos indicativos das bibliotecas com seus respectivos números (B1, B2, B3...).

Considerou-se pertinente iniciar os apontamentos trazendo as escolas participantes e suas considerações sobre a pesquisa, demonstrando que a investigação em curso gera expectativas proporcionais às necessidades e às demandas enfrentadas por elas no cotidiano (HELLER, 2004) educativo, com foco na biblioteca escolar.

2 APONTAMENTOS DAS ESCOLAS DO CAMPO SOBRE A PESQUISA

Pode-se afirmar que a biblioteca em escolas do campo, no Estado do Paraná é espaço praticamente inexistente, quando se assume sua historicidade conceitual e organizacional, mesmo quando este espaço já compõe a cultura escolar. Em sua conjuntura, ela vem sendo utilizada e compreendida de muitas formas: como espaço próprio e adequado com atendimento pessoal;

como uma prateleira de livros; como sala com livros didáticos, de literatura e de outros materiais, em geral sem uma ordenação, ou com sistemas improvisados de armazenamento. Em alguns casos, ela divide espaço com laboratórios de informática, salas de professores, secretarias, almoxarifado, e, com maior frequência, localiza-se salas de aula. Mas também é encontrada em depósitos de material didático ou barraco de lona, com tudo improvisado.

Do universo geral, doze escolas trouxeram considerações pertinentes, argumentando que a investigação possibilita à universidade e ao estado: conhecerem a realidade da escola do campo; organizarem melhor a biblioteca e onde ela não existe reivindicá-la; buscarem junto aos órgãos competentes a construção de bibliotecas; qualificarem os acervos; formarem profissionais para atuarem na biblioteca escolar da rede; criarem a prática de uso das bibliotecas no trabalho pedagógico, além de formarem leitores.

De maneira geral, o ato de responder ao questionário, constituiu-se em pauta de reivindicações de melhorias, destacando-se entre elas: pedido de livros e de acervo em geral; a necessidade de reformas, de mobiliário adequado e construção da biblioteca; a liberação de profissionais para nelas atuarem, entre outras evidências de que as condições das bibliotecas escolares merecem atenção.

Estas constatações demonstram a pertinência da pesquisa e a preocupação e expectativa das escolas públicas do campo com a presente investigação, circunstância que compromete os pesquisadores com a produção e o papel social do conhecimento para o avanço do trabalho na escola do campo.

3 APONTAMENTOS SOBRE OS SUJEITOS DA ESCOLA DO CAMPO

Uma das questões, relativa aos sujeitos atendidos pela escola do campo, indicava no questionário opções como: indígenas, agricultores familiares, quilombolas, Sem Terras acampados, assentados, reassentados das barragens, ribeirinhos, ilhéus, faxinalenses, camponeses e urbanos e outros segmentos que se constituem nos sujeitos camponeses com maior presença no Estado. Os dados indicam reconhecimento por parte da escola do campo paranaense da

diversidade de sujeitos neste contexto, fato que pode fazer a diferença no trabalho político e pedagógico da escola e da biblioteca. Esses sujeitos são diversos e únicos, como argumenta Caldart (2000), pois formam a classe trabalhadora do campo, camponeses e camponesas que vivem do trabalho no campo.

Os dados demonstram que, das 355 escolas do campo, 294 (82,8%) atendem estudantes vindos da agricultura familiar, um dos modos de viver e trabalhar no campo paranaense. Faxinalenses, ribeirinhos e reassentados das barragens aparecem respectivamente em 31 (8,7%) dos estabelecimentos de ensino.

Constatou-se que 30 escolas do campo (8,4%) fora das aldeias atendem estudantes indígenas, o que provoca curiosidade sobre a inexistência de escola nas aldeias deste lugar. Seria esta relação cultural positiva para os sujeitos com ela envolvidos? Teriam eles a opção de estudar em outra escola? Não se objetiva aqui dar resposta a essa contradição, mas destacá-la para futura averiguação. Constata-se ainda que apenas sete (2%) escolas atendem ou reconhecem atender os quilombolas, enquanto que os ilhéus não foram reconhecidos pelas instituições participantes da pesquisa como sujeitos das escolas do campo.

Observa-se também que 140 escolas 'rurbanas' (39%) atendem sujeitos do campo e da cidade. Localizadas em pequenos distritos, vilas próximas à cidade e mesmo nas cidades do interior, essas escolas passaram por processo de nucleação e o transporte escolar encarregou-se de tirar os estudantes do campo, levando-os para cidade. Evitando-se a discussão sobre o valor pedagógico dessa relação entre os sujeitos, que sob muitos aspectos tem sido considerada positiva, vale, entretanto, questionar as políticas de atendimento à educação dos sujeitos do campo fora das comunidades camponesas.

Os sujeitos Sem Terra acampados do MST são atendidos por 28 escolas do campo (7,8%), devendo-se observar que, atualmente, no Estado do Paraná, são 11 as Escolas Itinerantes (MST, 2008) específicas para os sujeitos acampados no estado. Logo, nos locais em que esta escola não existe os alunos são encaminhados para escolas fora dos acampamentos. Já os Sem Terra assentados são anunciados em 49 das escolas (13,8%) participantes da pesquisa, podendo estar em assentamentos ou demais comunidades camponesas.

O questionário abriu espaço para que a escola indicasse, quando necessário, outros sujeitos do campo nela presentes, para além dos já apontados, espaço preenchido por 50 (14%) das escolas.

Curioso destacar que 17 (4,7%) estabelecimentos indicam atender 'alunos'; 'somente alunos'; 'alunos da escola' ou 'alunos em geral', fato que aponta o não reconhecimento da identidade ou do cotidiano o que, segundo o argumento de Heller (2004), ensinaria àqueles que estão envolvidos no processo, além da "consciência de si", um movimento para a "consciência de nós". Essa possibilidade viria ao encontro de novas perspectivas dos sujeitos do campo, na possível relação com a produção do conhecimento escolar, já que os mesmos são alunos apenas quando estão na escola (GIMENO SACRISTÁN, 2005) e camponeses quando estão na vida. Defende-se, entretanto, neste estudo a necessária síntese e aproximação entre a vida e a escola (FREITAS, 2002), na produção do conhecimento e da própria existência, logo na formação de pessoas que leiam e escrevam e possam compor o acervo da biblioteca com sua produção.

As escolas apontaram outras formas do trabalho camponês no contexto paranaense, para além das indicações no questionário, aspecto que enriqueceu a investigação. Acrescentam outras categorias como arrendatários, meeiros, pequenos produtores, diaristas, boia-fria, avicultores, ciganos, empregados rurais, porcenteiros, pequenos empresários, pequenos comerciantes, colonos, empregados volantes, trabalhadores rurais, remetendo às discussões de Williams (2007). Nenhuma das escolas anunciou trabalhar com fazendeiros, ou grandes produtores rurais, demonstrando que a escola do campo é dos sujeitos trabalhadores do campo (CALDART, 2000), o que reforça a incorporação da dimensão política no trabalho da formação na biblioteca escolar. Essa diversidade de sujeitos, histórias, experiências e processos de vida e luta, (FREIRE, 1987; WILLIAMS, 2008) presentes nas escolas, permite questionar por que 90% das escolas participantes da pesquisa pautam para a biblioteca escolar apenas a vinda do acervo do governo e não a produção, impressão e circulação do conhecimento e cultura dos sujeitos locais nas bibliotecas escolares.

Autores como Silva (1984; 1998; 2003) e Freire (1984) defendem que a leitura não pode

ser uma doação ao povo, ainda mais num estado capitalista, que tende a impor a sua leitura. Os camponeses merecem, portanto, uma escola que lhes possibilite a produção da palavra, que em última instância é a produção da sua própria vida enquanto trabalhadores do campo. Inclui-se, o acesso ao conjunto de bens culturais, entre eles o livro e a biblioteca.

4 APONTAMENTOS SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS

O cenário é sempre o pano de fundo de qualquer espetáculo ou evento, embora constituído no processo, e com a presença do ator ou dos sujeitos que na relação configuram, transgridem, transformam ou mantêm o jogo da vida e da obra. Portanto, busca-se tecer este cenário e toda trama que envolve a biblioteca em escolas do campo no estado do Paraná, com destaque para o anunciado pela voz do sujeito que nela trabalha.

Conforme os dados da pesquisa, das 425 escolas estaduais do campo existentes no Paraná, 355 responderam o questionário, entre as quais 330 (92,9%) afirmam ter biblioteca na escola e apenas 25 (7%) alegam não contar com este espaço.

Os depoimentos levantados apontam para a problemática da biblioteca escolar, sendo os principais problemas a falta de espaço na escola; a expectativa da construção da escola e da biblioteca; a falta de profissional para trabalhar e o fechamento por falta de espaço ou pela chegada do laboratório de informática na escola, que passou a ocupar a sala da biblioteca ou parte dela.

Das 355 escolas, apenas 70 (19,7%) contam com espaço próprio para biblioteca, o que não significa, entretanto, que seja apropriado. As 285 escolas que não contam com esse espaço destinam ambientes alternativos para o que denominam biblioteca, desde salas de aula, espaços divididos com a cozinha da escola ou almoxarifado. A maioria divide espaço com o laboratório de informática e, em algumas situações, chegou-se ao extremo de embalar o acervo para dar espaço aos computadores. Há casos em que convive na sala da equipe pedagógica, nos laboratórios de ciências, química, física e biologia ou mesmo em barracos de acampamento.

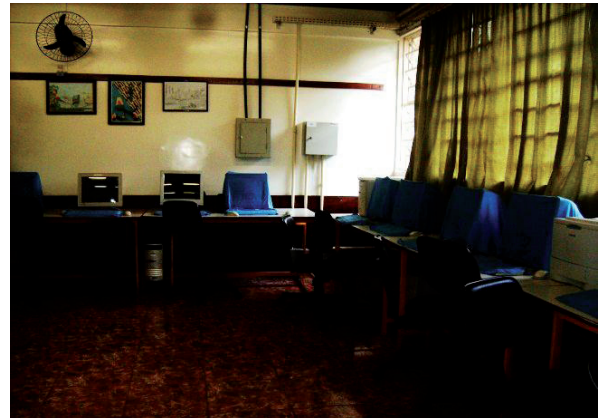
As figuras abaixo expressam de certa forma o que vem sendo a biblioteca escolar na rede estadual de ensino do Paraná. Uma sala de aula que reúne o acervo de livros da escola, o material de laboratório de ciências,

física e química, o laboratório de informática, arquivos da documentação escolar e, até mesmo, um freezer do programa de distribuição de leite do governo as famílias carentes.

Figura 1 - Biblioteca Escolar - Pitanga/PR



Laboratório de Química



Laboratório de Informática

Fonte: Os autores.

Figura 2 - Biblioteca Escolar - Pitanga/PR



Acervo bibliográfico



Acervo bibliográfico



Freezer de distribuição de leite às famílias

Fonte: Os autores.

Nota-se a diversidade de ações desenvolvidas nos espaços que se apresentam. A denominação de **biblioteca**, entretanto, expressa na conjuntura de contradições o poder da biblioteca escolar. Embora, na precariedade cotidiana, configure-se uma instituição poderosa, ela ainda demanda por pesquisa e formação, integrada às instituições de ensino superior, por políticas públicas nos estados, e por uma produção de acervo construída principalmente pelos sujeitos do campo. Essas práticas reconfigurariam a identidade e a cultura da escola do campo.

Apenas 40 (11.2 %) bibliotecas contam com nome próprio, quase sempre nomes de escritores, e a partir desta identificação desenvolvem práticas de leitura, jornadas de atividades, projetos de trabalho. Em 80 escolas (22.5 %) os responsáveis consideram as bibliotecas equipadas e com material adequado, com acesso a internet, demonstrando que nos restantes 77.5% essas condições ainda são inexistentes ou precárias.

Em 158 delas (44.5%), a biblioteca do professor está integrada no mesmo espaço, fato que pode ser considerado positivo, pois indica que o professor frequenta a biblioteca escolar para desenvolver suas atividades docentes.

Quanto à dualidade administrativa e suas implicações com o espaço físico da biblioteca escolar, o número de escolas estaduais do campo que funciona em dualidade com o município é grande, equivalendo a 271, aproximadamente 76% delas, nesta situação. Essa dualidade administrativa ocorre de várias formas e em diferentes condições. Por vezes o município é provedor do patrimônio, prédio, em outras situações o inverso, mas em relação a esse aspecto já ocorrem problemas entre as mantenedoras que raras vezes fazem dessa situação a condição de qualificação do trabalho pedagógico e uso da biblioteca escolar.

Tratando ainda do espaço físico e da **forma da biblioteca escolar**, os relatos contraditórios chamam a atenção para seu potencial de produzir ou reproduzir conhecimento (BOURDIEU, 2007) e desafiam para direções alternativas, tais como caminhar para transformar (FREIRE, 1987), o que implica lutar ou ficar na queixa e à espera de decisões governamentais. A leitura dos trechos na sequência mostra a complexidade em relação à escolha do caminho.

A biblioteca da escola em que atuo é formada por apenas um armário de duas portas composta por livros de leitura, dicionários e algumas revistas. E fica a disposição no laboratório de informática (B144). Local inadequado, úmido, gelado, escuro, só tem um pequeno vidro, nem o ar circula direito, e afastado da visão da comunidade escolar, quase escondido, último bloco, penúltima sala descendo escadas, se tivesse um cadeirante na escola, jamais poderia entrar na biblioteca, devido à escada e largura da porta. Nossa biblioteca está em estado precário, pois não temos nem lugar para colocar os livros, por falta de espaço e equipamentos (B10). A biblioteca da nossa Instituição é em um espaço minúsculo, onde não tem condições de o professor levar o aluno para fazer uma pesquisa ou leitura. Os professores pegam os livros e levam para a sala de aula para isso acontecer, já temos pedido a anos de salas de aula e biblioteca para o estado e não tivemos nenhum sucesso, sabemos da necessidade de ter uma sala de biblioteca de verdade, mas fazemos o possível para que nosso educando esteja sempre em contato com os livros seja para pesquisa ou leitura (B83).

Observa-se que a forma e o acervo deste espaço educativo na escola do campo são diversos e contraditórios, exigindo atenção das políticas públicas e do trabalho pedagógico, mas fundamentalmente de lutas dos movimentos sociais do campo e do movimento docente para transformar essa realidade, criando condições para o ensino e a pesquisa escolar.

5 APONTAMENTOS SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA

A ausência ou precarização do espaço físico das bibliotecas em escolas do campo é talvez o maior problema reconhecido e enfrentado. Especialmente quando se trata do acervo, os dados não são muito animadores.

Quando aplicado o questionário, se indagou quanto aos documentos presentes neste espaço e sua quantificação aproximada. Fez-se isso com opções de indicadores (a inexistência do documento no acervo; até 50 exemplares; de 51 a 100; 101 a 300; 300 ou mais), com propósito de visualizar o porte da biblioteca e o tipo de

acervo (livros impressos; livros digitais; revistas; jornais; obras de arte; enciclopédias; material audiovisual; documentos oficiais e de legislação; textos fotocopiados e a biblioteca do professor).

Pode-se concluir que o acervo das bibliotecas é de pequeno porte. Documentos oficiais e legislação não fazem parte do acervo em 93 (26.1 %) escolas. Com até 50 exemplares, esse tipo de documento se faz presente em 210 (59.1 %). Considerados documentos de referência para a pesquisa escolar, os dicionários, as enciclopédias e os mapas não fazem parte do acervo de quatro (1.1%) estabelecimentos, enquanto 212 (59.7%) deles contam com até 50 exemplares destes documentos e apenas cinco bibliotecas (1.4 %) contam com mais de 300 itens desta categoria.

Os jornais, enquanto instrumentos de informação, estão presentes com mais de cinquenta exemplares em 115 (32.3%) bibliotecas, mas não são recebidos por 166 (46.7%) delas. Este tipo de mídia é um exemplo de que a informação não é simétrica para todos, pois se torna mais acessível em formato eletrônico apenas aos grupos de maior poder aquisitivo favorecidos pela aplicação das novas tecnologias. Ao enfatizar que o conjunto do sistema ligado à cultura, à informação e à comunicação assume um papel importante para a acumulação capitalista, Herscovici (2003, p. 42) argumenta que, no âmbito da economia da diferenciação, ele se intensifica com o desenvolvimento da Internet e das convergências tecnológicas a ela ligadas de modo seletivo. Assim, a coincidência de formatos, como o eletrônico e o impresso, no caso do jornal, se verifica apenas nas bibliotecas que contam com estruturas sem os constrangimentos tecnológicos impostos pelo suporte. Deve-se considerar que, cada um dos elementos analisados adotará sempre linguagens próprias e diferenças.

Assim, ainda que contraditório e passível de questionamento, o uso do jornal no contexto do campo desempenha papel fundamental na informação, já que o rádio e a televisão acabam se impondo como fontes de informação. Retomando as lições de Gramsci (1989, p. 180), embora um jornal, assim como a revista não possa contentar ou ser útil a todos, “deve ser um estímulo para todos”. Além disso, também por ser um instrumento de fácil acesso e baixo custo, o jornal pode ocupar espaço no acervo ampliando com o acesso da comunidade, seus leitores potenciais.

Pode-se observar ainda que 268 (75.4 %) bibliotecas não contam com livros digitais, eles estão presentes com até cinquenta exemplares, em apenas 12 (3.3 %) estabelecimentos. Este dado leva a concluir pela necessidade e atualidade da biblioteca escolar no contexto do campo e seu acervo impresso, ainda que esta realidade tenha direito ao acesso deste bem cultural, o livro digital.

Quanto à categoria de obras relacionadas à arte, assumida na pesquisa como livros tratando de artistas, objetos de arte, pinturas, painéis, coleções de fotografias, artesanatos e outros, enquanto fonte de pesquisa ou fruição, não é encontrada em 248 (69.8 %) bibliotecas, enquanto em 49 (13.8 %) bibliotecas constam até 50 itens desta categoria no acervo. A fragilidade no acervo deste conjunto de obras demonstra a falta de investimentos na área das artes e da cultura geral, uma dimensão decisiva para a formação do leitor. Situação similar refere-se à categoria material áudio visual (DVDs, Vídeos, CDs), não presente em 93 (26.1 %) bibliotecas, enquanto 129 (36.3 %) delas contam com até cinquenta exemplares desse material. O acervo desta categoria é composto por produções externas à escola, provenientes de doações do Estado, pois nenhuma escola registrou produções locais presentes no acervo, potencial a ser explorado no trabalho escolar em que a biblioteca pode ser parceira.

As revistas ocupam lugar significativo nas bibliotecas investigadas: 153 (43%) das bibliotecas registram até cinquenta exemplares; 105 (29.5 %) afirmam ter de 51 a 100 exemplares e apenas 18 (5%) escolas não contam com revistas no acervo. Estes documentos são oriundos de assinaturas da própria biblioteca escolar, de doações da comunidade ou de compras avulsas da escola. A prática da leitura deste documento é bem frequente no contexto do campo, já que estudantes podem realizar empréstimos domiciliares e a leitura contribui tanto com os objetivos escolares quanto como forma de ‘passa tempo’, especialmente entre jovens.

A categoria livros impressos, definidos na pesquisa como literatura em geral, didáticos e paradidáticos, foi o grupo de documentos mais frequente na biblioteca escolar e inverteu a quantificação, ou seja, 206 (58 %) bibliotecas registram ter mais de trezentos exemplares e 16 (4.5 %) denunciam a inexistência deste

documento no acervo. O trabalho de campo realizado pelos investigadores permite afirmar que o livro didático ocupa boa parte deste acervo e em muitas situações quase que sua totalidade.

Outra categoria de documento averiguada foi a dos textos impressos, praticamente inexistentes no acervo das bibliotecas escolares, sendo que, 218 (61.4 %) bibliotecas dizem não trabalhar com este suporte, 76 (21.4 %) escolas indicam contar com até 50 exemplares e apenas uma biblioteca, do universo de 355, registra mais de 300 exemplares deste documento.

Além dos dados quantitativos, os depoimentos dos sujeitos responsáveis pela biblioteca revelam não existir uma política pública de composição de acervo das bibliotecas. A pesquisa identificou ainda algo comum nos 161 depoimentos dados pelos trabalhadores das bibliotecas escolares investigadas, 'espera-se do outro' o acervo, seja do governo/estado, das doações de empresas e comunidade. Como apontam:

Sim, nossa biblioteca tem poucos livros para atender as necessidades de leitura dos nossos alunos, quase não recebemos livros de leitura do governo (B31). Parte do acervo foi adquirida através de projeto enviado a fumageira Souza Cruz, a qual nos doou verba para aquisição dos materiais (B132). O material existente e de doação, campanhas promovidas pela direção da escola em que a comunidade doa algum livro (B36). Gostaria se possível, receber informações de como adquirir livros para nossa biblioteca (B111).

Isso não significa que o Estado não seja responsável ou não deva ser responsabilizado por políticas e programas de leitura ou biblioteca. O que se percebe é que a escola não se questiona sobre a possibilidade de solicitar do Estado o financiamento das publicações de textos nela produzidos e dos seus sujeitos que escrevem, ou seja, não é considerada a possibilidade de ela escrever e colocar o escrito dos camponeses em movimento. Imagina-se estar aqui um dos princípios para biblioteca da escola do campo, produzir conhecimento e colocá-lo em circulação, publicando livros, textos, boletins, folhetos e materiais de divulgação.

Outra queixa das escolas é a desatualização do acervo, sua inadequação às necessidades dos sujeitos e aos projetos previstos. A escola de

ensino médio não consegue oferecer as devidas condições de leitura, estudo e pesquisa. Poucas são as possibilidades de pesquisa seja via livro, seja via computador.

Nossa escola possui pouco material para a biblioteca, além da maioria que tem estão defasados, principalmente enciclopédias para pesquisa, não possui internet, muito menos computador (B15). Disponibilizar através da SEED, livros que o estudante procura, os mais vendidos, os atuais (B36). Necessita também de mais acervo bibliográfico, tanto para leitura quanto para pesquisa. O governo deveria mandar mais livros de leitura diferentes, principalmente aqueles livros que caem em vestibular (B81).

As bibliotecas têm demandado acervo de literatura para realizar empréstimos domiciliares, assinaturas de jornais, enciclopédias das diversas áreas do conhecimento, computadores e internet, entre outras reivindicações em prol da pesquisa escolar. O cenário explicita as condições a que estão expostos os estudantes do campo, sem a possibilidade de vivenciarem uma biblioteca escolar.

6 APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHADOR DA BIBLIOTECA

Além da falta de espaço e acervo e da precária condição onde ele existe, destaca-se a falta de pessoal preparado para atuar nas bibliotecas. Conforme os depoimentos, elas são atendidas de múltiplas formas e com diferentes trabalhadores, somente três (0.8 %) das 355 contando com profissionais habilitados na área. As bibliotecas são atendidas por secretários ou auxiliares administrativos, pedagogos ou professores, professor readaptado, diretora, agente de leitura e trabalhador voluntário em uma escola. Algumas já reconhecem a necessidade de pessoal capacitado e formado na área, seja para organização do acervo, seja para atendimento, este preferencialmente em tempo integral e efetivo na rede, evitando-se rotatividade, conforme depõem.

Toda biblioteca estadual deveria conter um profissional habilitado, graduado em biblioteconomia para classificar os livros do acervo. Atualmente as bibliotecas são

atendidas por pessoas de outras áreas ficando a desejar o seu funcionamento. Precisamos de material qualificado e diversificado, também formação do pessoal que atende na biblioteca, que é voluntário (B101).

Os depoimentos enfatizam a necessidade da formação permanente de quem atua na biblioteca, trabalho nunca realizado pela rede estadual de ensino. Essa formação daria, ao sujeito atuante na biblioteca da escola, condição de tratar, organizar e divulgar o acervo, orientar pesquisas, leituras e outros trabalhos no campo do conhecimento, com estudantes e professores. Os depoimentos reforçam os resultados de pesquisas e leituras de Ezequiel Theodoro da Silva (1998), situando o bibliotecário como ator com atribuições diversas no cenário da biblioteca, inclusive na biblioteca escolar. Silva (2003) coloca o bibliotecário sempre ligado aos debates em torno da leitura. Entre as funções assumidas, situam-se tradicionalmente a organização das informações no acervo, a classificação das obras e organização do espaço, o atendimento aos usuários na leitura e pesquisa e a execução de serviços burocráticos como relatórios. Mais recentemente, este ator-sujeito vem assumindo uma dimensão educativa na formação do leitor, posição também reforçada por Silva (2003), ao aproximar o bibliotecário da pedagogia, denominando-o de bibliotecário pedagogo, cuja ação pedagógica de formar o leitor é uma ação política. O trabalho de estimular a leitura e o interesse pelo livro, criar e disseminar práticas de leitura na biblioteca e na escola, intervir no desenvolvimento cultural local entre outras, exige deste profissional uma “visão de sociedade, homem e educação” (SILVA, 2003, p. 71). Isso porque nessa nova visão de profissão este ator “precisa fazer perguntas sobre os porquês e para quês da leitura, do livro, dos aprimoramentos intelectuais numa sociedade como a nossa” (SILVA, 2003, p. 71).

Freire (1984), desde o desenvolvimento do trabalho de educação de jovens e adultos e a alfabetização-conscientização, traz considerável contribuição para pensar sobre a biblioteca escolar, desde sua experiência com as bibliotecas populares, ligadas ao círculo de cultura¹. Freire

¹ Nome dado por Freire ao grupo de alfabetização. A denominação diferenciada da usual no sistema escolar reforçava as diferenças que a nova metodologia trazia, conforme Barreto (1998, p. 116).

nomina o educador popular, como articulador da ação de ler e escrever e aponta contribuições para pensar a ação pedagógica da biblioteca escolar. Também analisando a dimensão educativa da biblioteca, Moraes (1983), Milanesi (1986) e Silva (2003) reconhecem o bibliotecário escolar como educador, que orienta o trabalho com leitura, a produção do gosto por sua prática e a pesquisa, novas dimensões indicadas na literatura.

O professor e bibliotecário Rubens Borba de Moraes (1983) defende a necessidade de romper com a prática do bibliotecário técnico. O bibliotecário moderno precisa, segundo o autor, combinar conhecimento técnico e intelectual, além de assumir desafios como: guiar intelectualmente o leitor; conhecer o usuário ou a comunidade de usuários; conhecer o aparelho escolar e ser educador.

Para Llano (1997), a partir da experiência mexicana, o bibliotecário assume funções para além daquelas de cuidado e passividade, como as de capacitador, animador cultural, informador, formador.

O cenário da biblioteca escolar investigada, no que se refere ao trabalhador que nele atua, traz um conjunto de atores sem a devida preparação ou consciência do que devem fazer. Para alguns, inclusive, o trabalho na biblioteca é considerado um castigo.

Na investigação realizada este ator-trabalhador da biblioteca escolar é nomeado como: profissional específico, bibliotecário, agente de leitura, secretário, atendente de biblioteca, pessoa responsável, funcionário, pedagogo, diretor, professor, professor readaptado, agente educacional, trabalhador voluntário.

Dados empíricos comprovam que o professor é contratado para sala de aula, o pedagogo e o diretor para gestão, bem como todos os demais profissionais, cada qual para exercer sua função específica. Pode-se questionar sobre a não ocorrência da contratação de profissionais para a biblioteca escolar da escola pública paranaense.

7 APONTAMENTOS SOBRE USOS DA BIBLIOTECA PELOS SUJEITOS: PROFESSORES, ESTUDANTES E COMUNIDADE

Como já se viu até aqui, o ambiente na biblioteca da escola do campo não tem favorecido a formação de sujeitos escolares que utilizem deste

espaço educativo para sua formação. A escola do campo vem formando gerações sem o direito de conhecer e explorar uma biblioteca. Cria-se assim uma cultura na escola do campo marcada pela ausência da biblioteca ou pela convivência com a precarização de suas instalações, pessoal e serviços. Assim mesmo, os depoimentos/relatos reunidos na pesquisa explicitam como professores e estudantes têm construído seus vínculos com a biblioteca da escola.

Percebe-se pouco interesse pelo hábito da leitura por parte do corpo docente (B14). Nossos professores não buscam a biblioteca como sendo uma ferramenta a mais, portanto nossos alunos não sabem pesquisar (B36). Falta incentivo para que os alunos apreciem a leitura (B41). Infelizmente nossa biblioteca não possui nada que possa prender a atenção dos nossos alunos. Os professores não frequentam e por consequência não incentivam os alunos a frequentá-la (B93). Os professores e alunos não sugerem a aquisição de livros, pois sabem que a escola não recebe verba para esta finalidade, bem como a escola não possui espaço próprio para o funcionamento da biblioteca (B50).

Os dados acima demonstram que muitos professores estão afastados das práticas de leitura, não utilizam a biblioteca para o estudo e com isso formam estudantes reprodutores dessa cultura. Raramente fazem uso da biblioteca como ferramenta para a pesquisa. Uma das falas chega a dizer que professores e estudantes não indicam livros para compra, pois sabem que a escola não os comprará (B81). Isso não significa recusa da escola, mas na maioria das vezes indica a precariedade de recursos financeiros para a compra do acervo. Sugere-se que em alguns casos não faça parte da cultura do lugar comprar e valorizar o livro e a leitura. Mas importa reafirmar a necessidade da biblioteca compor a cultura da escola do campo, enquanto um direito pelo qual é preciso lutar. E a luta, segundo a compreensão desta pesquisa, está relacionada ao trabalho. Luta-se por uma causa trabalhando nas condições possíveis, buscando o novo.

“Colocar a biblioteca na cultura da prática do professor” (B23), assim se posiciona uma das vozes, quando traz como preocupação para o debate a supremacia da sala de aula, o que dificulta a pesquisa na escola. Como se colocaria

a biblioteca na cultura da prática do professor? As próprias escolas, no contexto precário, já apontam possibilidade disso acontecer. Conforme suas descrições: os próprios professores fazem as trocas de livros no lugar do funcionário; a organização da biblioteca também é feita pelos professores em suas horas atividades; os estudantes realizam as pesquisas no laboratório de informática com apoio de quem domina a tecnologia; organizam na escola textoteca, gibiteca e outros tipos de estratégias para atrair leitores. Percebe-se que já está na cultura da prática do professor de português indicar leituras, acompanhar estudantes com este gênero, o literário. Desafio posto, as demais áreas do conhecimento precisam também indicar suas leituras.

As bibliotecas apresentam outras indicações relativas à presença de professores e alunos na organização dos acervos, traduzindo-se em movimento para inseri-los na cultura da biblioteca, o que evidentemente não dispensa o Estado da contratação de trabalhadores para biblioteca, mas mostra como as formas improvisadas podem se tornar rotinas da escola.

A preferência dos estudantes pelo uso do laboratório de informática é percebida e considerada um potencial de avanço, como descreve a B114 “Temos um grande dilema com respeito ao uso da biblioteca, em meio a tanta atração tecnológica como tornar a biblioteca atrativa, a leitura um hábito” (B43). Talvez a biblioteca da escola esteja passando por mudanças, cabe-nos acompanhá-la, trabalhando a favor da formação do leitor, seja o leitor do livro impresso, seja do livro digital, entre outras opções. Em outra biblioteca, o discurso é semelhante: “O laboratório de informática é mais atrativo para os alunos” (B89). Assim as bibliotecas seguem apontando práticas realizadas na escola. Destacam-se duas realizações marcantes:

Gostaria de citar uma experiência de ‘incentivo à leitura’ que fizemos e deu certo: durante todo o ano letivo os alunos retiram livros e levam pra casa para ler. Quando terminam de ler, devolvem o livro para a pedagoga, que faz uma pequena entrevista sobre a história lida, ajudando o aluno a elaborar um pequeno relatório. Para cada livro lido o aluno acumula pontos que depois serão convertidos em ‘vales’ que poderão ser utilizados (gastos) em

um dia de brincadeiras na escola onde temos vários brinquedos como: cama elástica, barraca de pescaria, pula-pula jogos etc. Quanto mais vale tiver mais vai brincar. Com isso tivemos alunos que conseguiram ler vários livros e o mais importante, muitos deles tomaram gosto pela leitura (B119).

Temos o dia da leitura que é feito quinzenalmente e os alunos são livres para escolherem o material que mais lhes chama a atenção, no entanto, deixamos os livros, revistas e jornais separados para cada turma, assim não perdem tempo procurando na própria biblioteca. Falta também um profissional específico para o atendimento, como é uma escola pequena, a secretária se divide com os afazeres da própria secretaria, laboratório de informática e biblioteca que divide espaço com os pedagogos que fazem o atendimento dos alunos. Finalizando, seria interessante acervos específicos para a escola do campo (B93).

Por fim, outro aspecto, tão importante quanto os demais, seria a abertura da biblioteca à comunidade, uma prática a ser incorporada pelas políticas quando estabelecem os princípios da biblioteca escolar na escola do campo. Uma única escola trouxe em seu relato esta consideração relevante que, portanto, merece o destaque para o contexto da investigação: "Nossa biblioteca é pobre de acervo e condições de trabalho, mas aberta para a comunidade que vem para cá ler e retirar livros. O estado não encaminhou livros, mas sempre solicita listas que não dão em nada" (B52).

No contexto de precariedade, entretanto, encontram-se práticas que persistem. Para elas se devem dirigir os olhares críticos e construtivos, quando se busca pensar a partir do real em curso na escola e na biblioteca da escola do campo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento, aqui arrolada parcialmente, evidencia a necessidade de aprofundamento em cada um dos apontamentos já feitos, tanto em relação ao acervo, ao espaço físico e aos recursos oferecidos, quanto ao atendimento, às possibilidades e às práticas de uso pelos sujeitos da biblioteca escolar no contexto do campo.

Considera-se, ainda que preliminarmente, a necessidade de forjar o conceito de biblioteca

escolar para o contexto do campo. Como fontes deste fundamento, acredita-se encontrar referências na biblioteca pública, na biblioteca escolar e nas práticas de ler, escrever e lutar dos movimentos sociais. Essa concepção é produzida numa perspectiva de ruptura e continuidade, de práxis transformadora, não só na constituição do espaço, acervo e atendimento, mas fundamentalmente na atribuição de sentido desta instituição no contexto escolar do campo, como instituição a serviço da produção-apropriação do conhecimento socialmente necessário e do conjunto da cultura humana.

Alguns apontamentos podem ser assumidos e selecionados como referência deste pensamento em construção. Entre eles destaca-se: a) a necessidade de 'ocupar a biblioteca da escola do campo', o que implica planejá-la, ordená-la para desordenar, escrever nela e, com ela, trazer os sujeitos para seu interior, levá-la para comunidade, enfim, movimentá-la; b) o estímulo à ideia de que seu acervo também precisa ser produzido localmente e de que o Estado deva fazer desta prática uma política pública; c) a responsabilidade da escola pelo seu projeto de leitura e escrita e pelo envolvimento da biblioteca escolar com esse projeto; d) a consciência de que estado e universidades precisam formar profissionais para atuar nesse contexto específico da escola e qualificar a formação do conjunto de educadores para trabalhar com a biblioteca escolar; e) a valorização da biblioteca escolar no contexto do campo, o que demanda ser-estar para a comunidade, tanto como prestadora de serviços, quanto como provocadora de práticas de escrita e leitura.

Num contexto em que a tecnologia produz rápidos avanços, constata-se uma forma de seletividade, determinada pelas diferenças e restrições conjunturais. Em tempos de informática, mídias e livros digitais, ainda há carência ou inexistência, para as pessoas do campo, de bens como a luz elétrica, a estrada, a escola, o livro ou as mídias impressas. Portanto, impõe-se o debate sobre a biblioteca escolar em contexto do campo, assim como se defende o livro impresso e os formatos digitais, entre as amplas possibilidades de mídias, em seu acervo. Mas é, especialmente, o conjunto das vozes-palavras dos sujeitos do campo o que se valoriza no contexto escolar e para isso se faz necessário lutar. E pesquisar é uma das formas de luta.

NOTES ABOUT LIBRARIES IN COUNTRYSIDE SCHOOLS IN THE STATE OF PARANÁ

Abstract

This paper presents the partial results of an investigation about school libraries in countryside schools of the public educational system in the state of Paraná. The work is based on reflections about the literature related to the theme and the analysis of this reality. It aims at characterizing the subjects of the countryside school, the physical space, materials and common practices at the school libraries. The work describes the influence of the aspects aforementioned on the existence, planning and development of activities, also describing their contribution to the formation process of school subjects. The investigation also performs a descriptive field research, employing direct observation and the application of a survey in 425 countryside schools, considering a total number of 2120 schools in the Paraná school system. The survey obtained a return rate of 83% from representatives of public countryside schools in Paraná. The results indicated that the schools need a project for reading and writing, in which the library would be engaged. The paper argues that state and the university should contribute to the formation of the professionals of the institution and that the school library should be open to the community, acting both as a service provider and a stimulator of writing and reading practices. The investigation concludes that it is necessary to 'occupy the libraries of the countryside schools', understanding them not only as a communication spot, but also as a place for knowledge production. Furthermore, the authors suggest the library materials should be produced locally and that the state should turn this practice into a public policy.

Keywords:

Countryside education. School libraries. Reading. Writing. Paraná.

Artigo recebido em 13/08/2013 e aceito para publicação em 30/11/2013

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Reflexões sobre a leitura e a biblioteca escolar. In: SILVA, R. J. ; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 43-54.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte. & Ciência, 1998.

BASTOS, G G; ROMÃO, L. M. S. Sentidos de leitura em bibliotecas nomeadas alternativas. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 1-9, 2010.

BASTOS, G.G. ; ROMÃO, L.M.S. A construção de bibliotecas comunitárias e o desejo de acessar: sentidos em movimento. **DataGramaZero Revista de Informação**, v. 12, n. 4, 2011.

BRASIL. MEC. **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n.º 12.244**: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições

de ensino do País. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. MEC. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de Subsídios**, Brasília, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTRO, C. A. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=2>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

COPPOLA JUNIOR, C.; CASTRO FILHO, C. M. Bibliotecas escolares no ensino fundamental: caminhos para a implantação. **Biblionline**, v. 8, n. 1, 2012.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 5. ed., Campinas: Papirus, 2002.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIROUX, H. A. **Cruzando fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HERSCOVICI, A. Redes eletrônicas e acumulação capitalista: elementos de análise. In: BOLAÑO, C.; HERSCOVICI, A.; CASTAÑEDA, M.; VASCONCELOS, D. **Economia Política da Internet**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- LLANO, X. **La biblioteca en el medio rural: reflexiones**. Madrid: Trea, 1997.
- MILANESI, L. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e biblioteca pública**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Brasília: ABDF, 1983.
- MST. **Itinerante: a escola dos sem terra – trajetória e significados**. Curitiba, ano I, n.2, 2008. (Coleção Cadernos da Escola Itinerante – MST).
- NASCIMENTO, A. M.; CASTRO FILHO, C. M. Retrato das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Ribeirão Preto-SP. **Biblionline**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2007.
- NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. **Pierre Bourdieu: escritos sobre educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, S. M. M. ; MORENO, N. A.; CRUZ, V. A. G. da. Diagnóstico da pesquisa escolar, no ensino de 5a. a 8a. série do 1o. grau, nas escolas de Londrina - Paraná. **Informação & Informação**, v. 4, n. 1, jan./jun. 1999, p. 37-50.
- PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br>>. Acesso em 10 abril 2013.
- PARANÁ. Secretaria de Educação. Proinfo. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; CELEPAR INFORMÁTICA DO PARANÁ. **O que é o Paraná Digital**. Disponível em: <<http://www.prdsuporte.seed.pr.gov.br/modules/qas/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- SILVA, E. T. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma pedagogia da leitura**. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. **Conferências sobre leitura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- _____. **Elementos de pedagogia da leitura**. São Paulo: Martins e Fontes, 1988.
- _____. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- SNYDERS, G. **Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.